

JOSAPAR JOAQUIM OLIVEIRA S.A PARTICIPAÇÕES – CIA ABERTA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021



Senhores Acionistas,

A JOSAPAR - Joaquim Oliveira S.A. Participações vem apresentar o Relatório da Administração e suas Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com a legislação societária vigente, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Neste relatório são apresentadas as informações na forma consolidada da sociedade controlada Real Empreendimentos S.A. que possui como atividade principal a administração de imóveis. A JOSAPAR detém 55,6% do capital social da Real Empreendimentos S.A..

Considerações gerais

A Companhia possui suas atividades concentradas nas áreas de industrialização e comercialização de alimentos e de produção e distribuição de insumos agrícolas. Atua no segmento de arroz e feijão, através de suas diversas marcas, onde se destacam principalmente o Arroz Tio João, o Arroz Tio Mingote, Arroz Meu Biju e Feijão Meu Biju. No mercado de produtos semi-prontos destacam-se as linhas Cozinha Fácil Tio João e Cozinha e Sabor, sendo ambas líderes nacionais de vendas nos respectivos segmentos. Em parceria com a The Solae Company, a JOSAPAR produz e distribui com exclusividade em todo o Brasil o alimento em pó com proteína isolada de soja com a marca SupraSoy. Através de outra parceria – com a chilena Olivos del Sur – distribui azeite em todo o território nacional com a marca Nova Oliva. No segmento de insumos agrícolas atua através de fertilizantes nas marcas Supremo e Organo Mineral NPK1.

Mercado orizícola

A safra do arroz em 2021/2022 apresentou uma produção de 10,8 milhões de toneladas, safra 8,6% menor quando comparada à de 2020/2021. A produtividade média no Brasil foi 4,8% menor, de 6.667 Kg/ha contra 7.003 kg/ha. A menor oferta de arroz na safra e a retomada das exportações consumiu parte do estoque de passagem, invertendo a trajetória decrescente dos preços verificada no ano anterior. Ainda assim, o preço médio da saca de arroz em casca de 50kg no exercício de 2022 foi de R\$ 73, ainda abaixo dos R\$ 78 no exercício de 2021, porém, em curva estável e crescente ao longo do ano. As expectativas para a safra 2022/2023 indicam uma oferta ainda menor que à anterior (-8,4%), de 9,8 milhões de toneladas, com redução de área plantada (-9,3%) e aumento pequeno de produtividade (1%). Mesmo com uma oferta doméstica menor de matéria prima, a evolução no nível de preços de arroz para o ano dependerá da volatilidade do dólar e de sua influência no desempenho das exportações e das importações.

Resumo comparativo consolidado dos exercícios de 2022 e 2021:

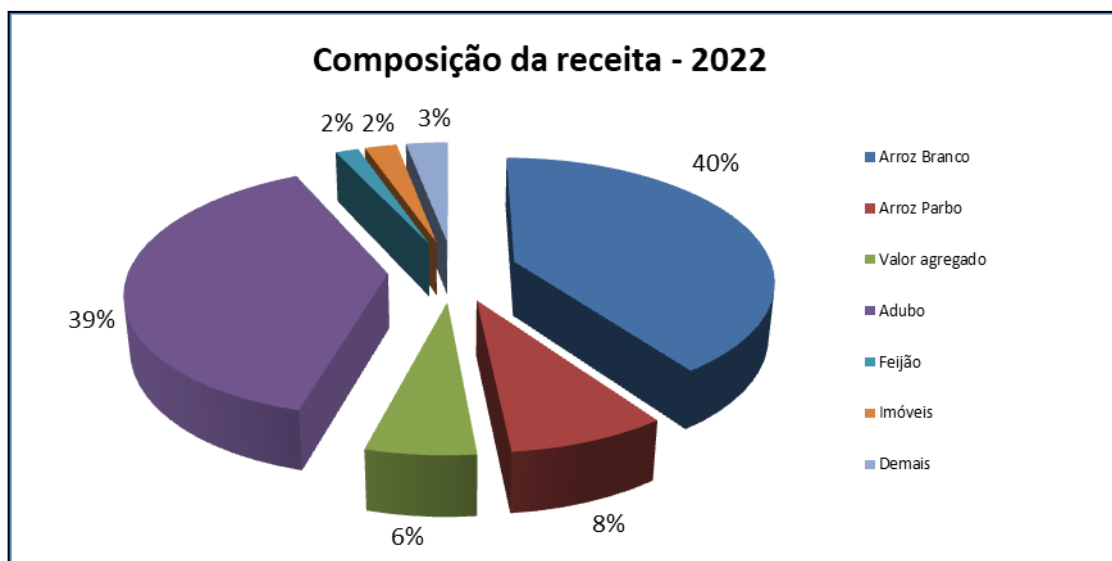
	2022 (R\$ Mil)	2021 (R\$ Mil)	Variação % e p.p.
Vendas Brutas	2.414.884	2.152.601	12%
Vendas Líquidas	2.265.866	2.002.742	13%
Lucro Bruto	484.086	397.440	22%
% LB s/VL	21%	20%	1 p.p.
Ebitda	146.114	100.834	45%
% Ebitda s/VL	6,50%	5%	1.5 p.p.
Lucro Líquido controladores	30.541	30.744	-0,70%
% LL s/VL	1,40%	1,50%	- 0.1 p.p.

Investimentos

Os investimentos da Companhia no ano totalizaram R\$ 4 milhões (R\$ 6,2 milhões em 2021) na adequação e modernização tecnológica dos processos industriais.

Vendas totais

A JOSAPAR mantém seu foco em atender a todas as classes de renda do Brasil da linha de alimentos, produtores rurais no segmento de fertilizantes e insumos agrícolas e também clientes no mercado imobiliário e de shopping centers. O faturamento bruto da organização foi de R\$ 2,4 bilhões no exercício.



Mercado externo

Em que pese o dólar médio de 2022 ter sido de R\$ 5,16, bem inferior aos R\$ 5,40 de 2021, a recomposição dos custos logísticos no mercado internacional ajudou no desempenho da exportação de arroz com valor agregado. A Companhia exportou R\$ 176 milhões em 2022, equivalentes a 8% da receita total, mesmo percentual do ano anterior, quando exportou R\$ 156 milhões. A empresa mantém sua estratégia de buscar crescimento com o aumento de volumes e conquista de novos nichos de mercado que apresentem possibilidade de agregar valor.

Margem bruta

A margem bruta da Companhia foi de 21% das vendas líquidas (Lucro bruto de R\$ 484 milhões). A crescente competitividade do setor de grãos no Brasil e o aumento da participação do braço de fertilizantes e insumos agrícolas da empresa influenciaram diretamente as margens da Companhia no decorrer deste exercício.

EBITDA (Resultado da atividade operacional antes dos juros, impostos, depreciação e amortização)

A geração líquida de caixa da JOSAPAR de acordo com o conceito EBITDA foi de R\$ 146 milhões, representando 6,5% das vendas líquidas. No exercício anterior o EBITDA foi de R\$ 101 milhões ou 5% das vendas líquidas. O desempenho operacional de 2022 encontra-se em linha com desempenhos históricos da Companhia.

Endividamento bancário líquido

No encerramento do exercício o endividamento bancário líquido da Companhia, considerando inclusive os financiamentos para investimentos, foi de R\$ 644 milhões. As despesas financeiras líquidas no exercício foram de R\$ 85 milhões, contra R\$ 27 milhões do ano anterior, efeitos da Selic média de 13%aa em 2022 contra 5%aa de 2021. Considerando o saldo do endividamento bancário líquido e subtraindo deste valor as contas de

clientes, estoques e adiantamentos fornecedores e somando a conta de fornecedores o saldo ajustado é um capital de giro próprio de R\$ 243 milhões. O nível de endividamento líquido da JOSAPAR está em linha com a estratégia operacional da Companhia.

Lucro líquido

Essa conjuntura de oferta e demanda, volatilidade dos preços da matéria prima e a participação do segmento de insumos agrícolas influenciaram nas margens e na rentabilidade da Companhia. O lucro líquido da Josapar no ano de 2022 atingiu R\$ 30,5 milhões (R\$ 2.886 pelo lote de 1.000 ações), enquanto em 2021 foi de R\$ 30,8 milhões (R\$ 2.905 pelo lote de 1.000 ações).

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido atingiu R\$ 565 milhões contra R\$ 544 milhões do ano anterior.

Ativos intangíveis

Entre os principais fatores competitivos da JOSAPAR destacamos as suas marcas - no arroz a marca Tio João, no arroz e feijão a marca Meu Biju, na soja a marca Suprasoy, nos insumos a marca Supremo - as ferramentas de gestão, os processos tecnológicos, e os recursos humanos, que resultam concomitantemente na criação de valores não mensuráveis, mas que podem ser percebidos. Maiores informações sobre os nossos produtos estão disponíveis em nossos sites: www.josapar.com.br – www.tiojoao.com.br – www.suprasoy.com.br.

Recursos humanos

A Companhia manteve sua política de investimentos em recursos humanos, patrocinando no decorrer do exercício programas de treinamento, qualificação e assistência aos seus colaboradores. Estes programas visam proporcionar segurança e oportunidade de crescimento profissional, através de cursos de especialização, treinamentos e convênios, provendo variadas formas de benefícios, tais como: alfabetização, assistência médica, planos de saúde, refeitório, cestas básicas, convênios farmácia, ótica e livreria, convênio escola e creche. No exercício de 2003 a Companhia deu início ao programa de participação nos resultados – PPR, e segue com seu plano de implantação de metas departamentais até chegar ao nível de metas individuais. Este desafio irá proporcionar aos colaboradores o seu crescimento profissional e a oportunidade de participar efetivamente da gestão. Neste exercício encontra-se provisionado o valor de R\$ 3.200 mil e que será distribuído durante o ano de 2023.

Relacionamento com Auditores Independentes

Seguindo as disposições da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e com a intenção de preservar a independência do nosso Auditor, divulgamos que neste exercício sua prestação de serviço foi específica na auditoria das demonstrações financeiras e dos controles internos.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições da Instrução CVM nº. 480/09, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Agradecimentos

A administração da empresa agradece aos acionistas pelo apoio e confiança depositados, aos clientes, fornecedores, instituições financeiras e a comunidade de modo geral. Aos funcionários, especial reconhecimento pela dedicação, profissionalismo e pelo constante empenho na busca de soluções que permitiram à Companhia superar com sucesso aos desafios que se apresentaram.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa(nota 4.b)	572.702	530.889	659.942	619.572
Clientes(nota 6)	454.692	334.140	476.817	356.469
Estoques(nota 7)	410.543	272.874	441.743	304.821
Adiantamentos a fornecedores(nota 8)	104.991	156.651	104.991	156.651
Impostos a compensar(nota 9)	65.649	89.215	65.859	89.407
Outras contas	24.419	33.015	23.706	26.116
Total do ativo circulante	1.632.996	1.416.784	1.773.058	1.553.036
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Depósitos judiciais	-	-	-	4.118
Coligadas(nota 14)	14.424	15.388	16.457	14.691
Créditos fiscais diferidos(nota 15.a)	38.095	34.109	38.095	34.109
Impostos a compensar(nota 9)	52.477	48.603	52.477	48.603
Total do realizável a longo prazo	104.996	98.100	107.029	101.521
Investimentos(nota 10)	233.606	227.624	322.969	325.418
Imobilizado(nota 11)	203.824	211.809	206.504	214.237
Intangível(nota 11)	2.024	2.329	2.059	2.364
Total do ativo não circulante	544.450	539.862	638.561	643.540
Total do ativo	2.177.446	1.956.646	2.411.619	2.196.576

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
 (Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE				
Fornecedores (nota 12)	135.417	101.887	136.164	102.375
Instituições financeiras (nota 13)	735.381	484.477	735.381	484.925
Arrendamento Mercantil	2.035	675	2.035	675
Obrigações sociais e tributárias	22.289	22.245	27.687	26.493
Dividendos propostos (nota 16.e)	8.704	8.762	11.325	11.256
Credores diversos	18.473	26.137	20.828	35.422
Provisão para contingências (nota 20)	25.453	17.344	39.361	17.344
Outras contas	50.611	24.024	51.956	25.242
Total do passivo circulante	998.363	685.551	1.024.737	703.732
NÃO CIRCULANTE				
Instituições financeiras (nota 13)	568.540	669.492	568.540	669.492
Arrendamento Mercantil	1.426	-	1.426	-
Obrigações sociais e tributárias (nota 19)	22.305	28.770	22.305	28.770
Impostos diferidos (notas 15.b)	20.900	28.743	28.413	36.282
Outros débitos	475	475	15.211	34.098
Total do passivo não circulante	613.646	727.480	635.895	768.642
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social (nota 16.a)	120.000	120.000	120.000	120.000
Reserva de reavaliação	552	552	552	552
Ajuste de avaliação patrimonial (nota 16.d)	34.850	34.850	34.850	34.850
Reserva reflexo controlada (nota 16.d)	131.979	132.437	131.979	132.437
Reserva estatutária	166.869	165.417	166.869	165.417
Reserva Legal (nota 16.b)	20.949	19.422	20.949	19.422
Subvenção para Investimentos (nota 16.c)	90.238	70.937	90.238	70.937
Patrimônio líquido dos controladores	565.437	543.615	565.437	543.615
Patrimônio líquido dos não controladores	-	-	185.550	180.587
Total do patrimônio líquido	565.437	543.615	750.987	724.202
Total do passivo e do patrimônio líquido	2.177.446	1.956.646	2.411.619	2.196.576

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ações)**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Mercado interno	2.183.293	1.940.562	2.240.030	1.996.858
Mercado externo	174.854	155.743	174.854	155.743
	2.358.147	2.096.305	2.414.884	2.152.601
Deduções da receita bruta	(146.117)	(145.514)	(149.018)	(149.859)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.212.030	1.950.791	2.265.866	2.002.742
Custo dos produtos e serviços vendidos (nota 17)	(1.780.848)	(1.603.890)	(1.781.780)	(1.605.302)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	431.182	346.901	484.086	397.440
Despesas com vendas (nota 17)	(198.550)	(174.274)	(198.550)	(174.274)
Despesas gerais e administrativas (nota 17)	(115.486)	(102.506)	(156.056)	(134.775)
Outras receitas /despesas operacionais (nota 17)	4.228	(827)	3.819	(373)
Resultado de equivalência patrimonial	8.418	8.077	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	129.792	77.371	133.299	88.018
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	138.474	83.074	151.332	88.269
Despesas financeiras	(236.111)	(113.107)	(236.702)	(115.523)
	(97.637)	(30.033)	(85.370)	(27.254)
Participação dos funcionários (nota 17)	(3.200)	(4.337)	(3.200)	(4.337)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	28.955	43.001	44.729	56.427
Imposto de renda e contribuição social correntes (nota 15.c)	(10.243)	(20.749)	(19.296)	(27.734)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 15.c)	11.829	8.492	11.829	8.492
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	30.541	30.744	37.262	37.185
Atribuído aos acionistas controladores	30.541	30.744	30.541	30.744
Atribuído aos acionistas não controladores	-	-	6.721	6.441
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	30.541	30.744	37.262	37.185
Lucro por lote de mil ações- Básico e diluído — R\$	2.886,04	2.905,23	2.886,04	2.905,23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021
Lucro líquido do exercício	30.541	30.744
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	30.541	30.744

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora											
	Capital social	Reserva de reavaliação	Ajuste avaliação patrimonial		Reserva de Lucros			Subvenção para investimentos	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
			Próprias	Reflexa	Reserva estatutária	Reserva legal						
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	120.000	552	36.083	133.006	160.890	17.885	53.203	-	521.619	176.077	697.696	
Ajustes e realizações de reservas	-	-	(1.233)	-	-	-	-	1.233	-	-	-	
Reflexo de controladas	-	-	-	(569)	-	-	-	583	14	-	14	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	30.744	30.744	-	30.744	
Acionistas minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.510	4.510	
Dividendos propostos (R\$ 827,99 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	-	(8.762)	(8.762)	-	(8.762)	
Constituição de reservas	-	-	-	-	4.527	1.537	17.734	(23.798)	-	-	-	
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	120.000	552	34.850	132.437	165.417	19.422	70.937	-	543.615	180.587	724.202	
Reflexo de controladas	-	-	-	(458)	-	-	-	443	(15)	-	(15)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	30.541	30.541	-	30.541	
Acionistas minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.963	4.963	
Dividendos propostos (R\$ 822,52 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	-	(8.704)	(8.704)	-	(8.704)	
Constituição de reservas	-	-	-	-	1.452	1.527	19.301	(22.280)	-	-	-	
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	120.000	552	34.850	131.979	166.869	20.949	90.238	-	565.437	185.550	750.987	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA-MÉTODO INDIRETO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**
(Valores expressos em milhares de reais)

MÉTODO INDIRETO	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	30.541	30.744	30.541	30.744
Ajuste do fluxo operacional:				
Depreciações e amortizações	15.670	16.800	16.015	17.153
Venda ou baixa de ativo fixo	344	553	431	553
Equivalência patrimonial	(8.418)	(8.077)	-	-
Provisões de contingências	9.806	1.077	24.956	1.077
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	162	(5.603)	162	(1.684)
	<u>17.564</u>	<u>4.750</u>	<u>41.564</u>	<u>17.099</u>
 Variação dos ativos:				
Cientes	(120.714)	(52.597)	(120.510)	(53.757)
Estoques	(137.669)	(15.084)	(136.922)	(14.653)
Créditos com coligadas	964	(47)	(1.766)	214
Impostos a compensar	19.692	18.421	19.674	18.523
Adiantamentos a fornecedores	51.660	(30.059)	51.660	(30.059)
Outros	7.046	(13.056)	873	(11.375)
	<u>(179.021)</u>	<u>(92.422)</u>	<u>(186.991)</u>	<u>(91.107)</u>
 Variação dos passivos:				
Fornecedores	33.530	5.264	33.789	5.380
Obrigações sociais e tributárias	(6.421)	(12.223)	(5.271)	(11.922)
Outros	9.368	8.290	(11.555)	3.870
	<u>36.477</u>	<u>1.331</u>	<u>16.963</u>	<u>(2.672)</u>
Recursos líquidos das atividades operacionais	<u>(94.439)</u>	<u>(55.597)</u>	<u>(97.923)</u>	<u>(45.936)</u>
Fluxo das atividades de investimento:				
Adições do imobilizado e intangível	(3.274)	(4.851)	(3.958)	(6.156)
Direitos de Uso - Contrato de aluguel	(4.450)	-	(4.450)	-
Caixa líquido utilizado nas operações de investimentos	<u>(7.724)</u>	<u>(4.851)</u>	<u>(8.408)</u>	<u>(6.156)</u>
Fluxo das atividades de financiamentos:				
Financiamentos obtidos	734.180	884.846	734.180	885.824
Pagamentos de financiamentos	(581.442)	(740.695)	(581.890)	(741.225)
Participação de minoritários	-	-	4.963	4.510
Dividendos pagos	<u>(8.762)</u>	<u>(10.594)</u>	<u>(10.552)</u>	<u>(13.486)</u>
Recursos líquidos das atividades de financiamentos	<u>143.976</u>	<u>133.557</u>	<u>146.701</u>	<u>135.623</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>41.813</u>	<u>73.109</u>	<u>40.370</u>	<u>83.531</u>
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:				
Saldo no início do exercício	530.889	457.780	619.572	536.041
Saldo no final do exercício	<u>572.702</u>	<u>530.889</u>	<u>659.942</u>	<u>619.572</u>
	<u>41.813</u>	<u>73.109</u>	<u>40.370</u>	<u>83.531</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
 (Valores expressos em milhares de reais)**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
RECEITAS				
Vendas de produtos, mercadorias e serviços líquidas das devoluções	2.309.532	2.049.141	2.365.312	2.103.709
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(162)	5.603	(162)	1.684
Outras receitas operacionais	4.228	-	3.819	-
	2.313.598	2.054.744	2.368.969	2.105.393
Insumos adquiridos de terceiros:				
Matérias-primas consumidas	(1.486.801)	(1.361.178)	(1.487.745)	(1.362.605)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(477.200)	(425.557)	(501.293)	(438.551)
	(1.964.001)	(1.786.735)	(1.989.038)	(1.801.156)
Valor adicionado bruto	349.597	268.009	379.931	304.237
Depreciação e amortização	(15.670)	(16.800)	(16.015)	(17.153)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	333.927	251.209	363.916	287.084
Valor adicionado recebido em transferência:				
Resultado de equivalência patrimonial	8.418	8.077	-	-
Receitas financeiras	138.474	83.074	151.332	88.269
	146.892	91.151	151.332	88.269
Valor adicionado total a distribuir	480.819	342.360	515.248	375.353
Distribuição do valor adicionado total:				
Pessoal e encargos	114.023	103.356	128.487	114.841
Impostos e contribuições	97.535	94.980	110.192	107.651
Juros e aluguéis	242.706	118.833	243.293	121.229
Dividendos propostos	8.704	8.762	8.704	8.762
Reserva de lucros	21.837	21.982	21.837	21.982
Participação dos acionistas não controladores	-	-	6.721	6.441
Outros	(3.986)	(5.553)	(3.986)	(5.553)
	480.819	342.360	515.248	375.353

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais)****JOSAPAR Joaquim Oliveira S/A Participações**

Notas explicativas às demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia atua diretamente na pesquisa, produção, industrialização e comercialização de alimentos, cereais, sementes e fertilizantes, na importação e exportação, beneficiamento, distribuição e participação em outras sociedades. Complementam as atividades da controladora através de sua controlada REAL EMPREENDIMENTOS S.A., a administração de imóveis e comércio imobiliário.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pela Administração, em 17 de março de 2023.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais do relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações.

Nas informações consolidadas foram incluídas as seguintes empresas:

- Real Empreendimentos S/A – (direta) vide nota 10.
- Josapar Internacional – (direta) vide nota 10.
- Copérnico Participações S/A – (indireta)
- Empresa Pelotense de Shopping Centers Ltda. – (indireta)
- Real Rio Grande Empreendimentos Ltda. – (indireta)
- Shopping João Pessoa S/A – (indireta)
- Pelotense Administradora de Shopping Centers Ltda. – (indireta)

a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades controladas e foram elaboradas com base nas normas de consolidação de balanços, NBC TG 36 - Demonstrações consolidadas, em conformidade com os seguintes principais aspectos:

- A Companhia e suas sociedades controladas adotam práticas contábeis uniformes para registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais.
- Os saldos de operações entre as empresas consolidadas estão devidamente eliminados, bem como as participações recíprocas, e estão excluídos do patrimônio líquido e da participação dos acionistas controladores.
- As participações de acionistas não controladores, estão classificadas no patrimônio líquido na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

b) Moeda

Transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, moeda funcional da Companhia e suas controladas, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

c) Utilização de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis requer que a Administração faça estimativa e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas. Os resultados efetivos destas estimativas poderão ser diferentes de tais estimativas.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, entre outros, o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, provisão para perdas de crédito esperadas, provisão para desvalorização de estoques, imposto de renda diferido ativo e passivo, provisão para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e as premissas pelo menos trimestralmente.

d) Julgamento STF dos temas 881 e 885 eficácia da coisa julgada

A companhia analisou as decisões transitadas em julgado, e não identificou a existência de nenhum caso que possa ser impactado pelo julgamento do STF temas 881 e 885, no sentido de perda dos efeitos destas decisões.

3. MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS E DIVULGAÇÕES

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022:

- a) Alteração ao IAS 16/CPC 27 "Ativo Imobilizado": proibiu a dedução dos valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido do custo do imobilizado, passando estas receitas e custos relacionados a serem registrados diretamente no resultado do exercício.
- b) Alteração ao IAS 37/CPC25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": a alteração esclareceu que na avaliação se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento deste deve incluir os seus custos incrementais de cumprimento, além da alocação de todos Os outros custos que se relacionam diretamente ao seu cumprimento.

- c) Alteração ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios": a alteração somente substituiu as referências da versão antiga da estrutura conceitual básica pela mais atual, emitida em 2018.

A empresa avaliou as alterações acima mencionadas e concluiu que as mesmas não tiveram impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) Apuração do resultado

As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência. As receitas de contratos com clientes provenientes da venda de produtos são reconhecidas quando ocorre a transferência do controle sobre os produtos e serviços ao cliente bem como dos riscos e benefícios significativos da propriedade das mercadorias ao comprador e é provável que se receba o previamente acordado mediante pagamento. Estes critérios são considerados cumpridos quando as mercadorias são entregues ao comprador e conforme a satisfação do cliente, em linha com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente.

- b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

- c) Ativos e Passivos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Tais instrumentos financeiros (desde que não reconhecidos pelo valor justo através de resultado) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações cambiais auferidos, combinado com os seguintes aspectos:

- A provisão para riscos de crédito foi calculada com base nas perdas estimadas nos montantes demonstrados na nota explicativa nº 6, que inclui saldos de clientes com processo de falência decretada, concordatários com previsão de desfecho desfavorável e clientes com títulos protestados e sem garantia real.
- As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, com prazos médios em torno de 66 dias.

- Outros ativos não circulantes são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável e classificados como ativos patrimoniais financeiros.

d) Estoques

Os estoques da controladora são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização, à exceção dos estoques em poder de terceiros e matérias-primas que estão ajustados ao preço de mercado. Os estoques da controlada REAL EMPREENDIMENTOS estão divulgados ao valor justo.

e) Imobilizado e intangível

Imobilizado: reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou construção, reavaliado e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, foram ajustados pelo valor justo devidamente contabilizado, menos qualquer depreciação acumulada subsequente, com base em laudo de avaliação feito por um avaliador independente. Os efeitos de mais valia são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, já descontados os valores dos tributos diferidos (imposto de renda e contribuição social – 34%).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta. A depreciação do imobilizado, pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº11, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Ativos intangíveis: adquiridos são reconhecidos inicialmente ao custo e posteriormente amortizados linearmente durante sua vida útil econômica. A Companhia decidiu manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua completa realização, conforme facultado pela instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008, art. 4º.

O imobilizado e outros ativos não circulantes, e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, conforme disposições contábeis vigentes.

f) Investimentos

Investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional ou, quando decorrente de reavaliação ou do ajuste do custo atribuído do bem, uma conta de ajuste de avaliação patrimonial reflexa, cuja realização ocorre proporcionalmente à da controlada por meio da depreciação ou baixa dos ativos que originou.

As propriedades para investimento estão representadas por imóveis pertencentes às controladas, avaliados ao valor justo, cujas variações são registradas em contrapartida ao resultado do exercício. A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que o Comitê de

Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”) passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas informações separadas (conforme deliberação CVM nº 733/14). Dessa forma, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Essas demonstrações financeiras individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

g) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social

Na controladora estão calculados com base no lucro real e na controlada com base no lucro presumido, sendo o Imposto de Renda à alíquota de 15% e 10% de adicional e Contribuição Social de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, são reconhecidos no ativo circulante para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

i) Provisões para contingências

A Companhia constitui provisão integral para perdas com causas estimadas pelos seus consultores jurídicos como de perda provável.

j) Arrendamento

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data do seu início. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início. A Companhia mensurou seu passivo de arrendamento à melhor taxa estimada pela administração, taxa esta que reflete a taxa média incremental sobre seus empréstimos, na data da aplicação inicial.

5. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações da Companhia e suas controladas as expõem a alguns riscos financeiros e de mercado, cuja gestão é realizada por um grupo de planejamento estratégico que segue políticas previamente estabelecidas no sentido de proteger sua integridade financeira e operacional.

Riscos cambiais decorrentes de operações de compra e venda no mercado externo estão completamente atrelados a prazos e volumes que se equivalem, o que forma uma proteção natural para eventuais variações futuras.

Riscos de mercado são administrados pelo planejamento de compras, onde se toma por base o nível de preço dos insumos que viabiliza a comercialização das mercadorias no mercado local dentro dos padrões de margem de lucro esperados e os prazos de entrega prováveis.

As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. O prazo médio de recebimento no ano foi de 66 dias e a perda reconhecida foi de 0,03% sobre o faturamento no período.

Os empréstimos são contratados a taxas pré-fixadas e expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à variação da taxa de juros. Este risco é administrado pela manutenção de equivalentes financeiros, formando um hedge natural composto por ativos financeiros indexados às mesmas taxas, estoques, clientes e outros recebíveis.

Em atendimento a instrução normativa CVM nº550/08 a Companhia e sua controlada procederam a uma análise de seus ativos e passivos financeiros em relação a valores de mercado (Impairment).

O método de avaliação dos principais ativos e passivos expostos a variações financeiras está descrito na nota explicativa nº 4 sendo que seus saldos no balanço patrimonial representam substancialmente os seus valores de realização e de liquidação.

O endividamento e o resultado das operações são afetados pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano). O quadro abaixo demonstra a exposição cambial líquida da Companhia, em reais.

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021
Ativos:		
Aplicações financeiras	-	1.491
Matéria-Prima Fertilizantes	183.048	143.270
Contas a receber de clientes	27.651	35.336
	<u>210.699</u>	<u>180.097</u>
Passivos:		
Empréstimos e financiamentos	(168.384)	(188.372)
	<u>(168.384)</u>	<u>(188.372)</u>
Exposição passiva líquida	<u>42.315</u>	<u>(8.275)</u>

Em linha com a estratégia de hedge e proteção das margens operacionais frente às oscilações da taxa de câmbio a Companhia informa que realizaram no exercício diversas operações de câmbio futuro, travando taxas de pedidos de venda em carteira com a aquisição das respectivas matérias-primas. Tais operações importam em 31.12.2022 R\$14.962 (USD 2.816) tendo sido utilizadas na sua totalidade.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como regra geral a não contratação de linhas de crédito em moeda estrangeira, de forma a não ficar sujeita ao risco de flutuação do mercado de câmbio, financiando majoritariamente sua operação por linhas de crédito em moeda nacional, taxas pré-fixadas ou pós-fixadas por indexadores brasileiros (CDI e TLP) mais spread bancário.

Frente à oportunidade de financiamento com menores custos de captação mediante repasse de recursos externos por instituições financeiras brasileiras, a Companhia contratou financiamentos em moeda estrangeira regulados pela Resolução 3.844/10 do Banco Central do Brasil e pelas Leis 4.131/62 e 11.371/2006. Em linha com sua política interna todos esses empréstimos foram objeto de contratos de swap e convertidos em moeda corrente nacionais remunerados a taxa de juros baseadas na variação do CDI de forma imediata e simultânea a cada contratação.

Esses contratos de swap têm a finalidade de proteção patrimonial, não objetivam ganho ou perda pela variação do mercado cambial e são utilizados como ferramenta de gerenciamento de riscos, permitindo que a Companhia permaneça limitada ao risco definido por sua política interna, a taxa de juros brasileira.

O efeito da realização dos contratos de swap e dos contratos em moeda estrangeira é nulo, uma vez que protegem integralmente a variação cambial no decorrer de suas respectivas vigências.

Análises de sensibilidade da Companhia perante o risco assumido pelas políticas internas - taxa de juros brasileira.

Quadro demonstrativo de Análise de sensibilidade base 31.12.2022 em R\$:

					Cenários		
Risco: alta do CDI					Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
	CDI DEZ22	13,75%	a.a.		manutenção	> 25%	> 50%
Efeito simulado até a data de vencimento de cada contrato				13,75%	13,75%	17,19%	20,63%
				CDI a.a.	CDI a.a.	CDI a.a.	CDI a.a.
Data base	Valor	spread	index	vencimento			
31/12/2022	R\$ 301.946	diversos	CDI	diversos	R\$ 365.423	R\$ 379.971	R\$ 394.990
Efeito aumento CDI até o vencimento de cada contrato					R\$ -	R\$ 14.548	R\$ 29.567

O critério utilizado para as variações atribuídas aos cenários II e III segue a recomendação do Art. 3º § 2º da Instrução CVM 475/08.

Os efeitos relacionados acima majoram diretamente as despesas financeiras, reduzindo, após o cômputo dos efeitos fiscais aplicáveis, o resultado e na sequência a conta de lucros acumulados.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Clientes mercado interno	428.236	299.837	458.134	329.939
Clientes mercado externo	27.651	35.336	27.651	35.336
Provisão para perdas de créditos esperadas	(1.195)	(1.033)	(8.968)	(8.806)
Total	454.692	334.140	476.817	356.469

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Produtos acabados e semielaborados	156.840	111.864	156.840	111.864
Mercadorias para revenda	8.586	5.519	8.586	5.519
Matérias - primas	218.834	134.146	218.834	134.146
Outros	26.283	21.345	26.283	21.345
Imóveis	-	-	31.200	31.947
Total	410.543	272.874	441.743	304.821

8. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021
Adiantamento a fornecedores de arroz	98.585	126.690
Adiantamento a fornecedores diversos	6.406	29.961
Total	104.991	156.651

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
ATIVO CIRCULANTE				
PIS e COFINS	47.527	62.124	47.527	62.124
IRPJ/CSLL Saldo de declaração	6.059	1.822	6.269	2.014
ICMS a recuperar	8.489	8.374	8.489	8.374
Refis Lei 11.941/09	-	16.895	-	16.895
Outros créditos	3.574	-	3.574	-
Total	65.649	89.215	65.859	89.407
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
FINSOCIAL	1.575	1.575	1.575	1.575
PIS E COFINS	49.928	45.687	49.928	45.687
Outros créditos	974	1.341	974	1.341
Total	52.477	48.603	52.477	48.603

Os créditos de PIS e COFINS no ativo circulante são oriundos de compras no mercado interno, os quais estão sendo utilizados na compensação de outros tributos federais.

Os créditos de PIS E COFINS no ativo não circulante referem-se ao ganho com processo transitado em julgado para exclusão de ICMS da base de cálculo PIS e da COFINS, os quais estão sendo utilizados nas compensações de tributos federais.

Os demais créditos no ativo circulante e não circulante referem-se ao aproveitamento ICMS, PIS e COFINS nas aquisições do ativo imobilizado, e saldo de declaração e outros créditos usuais da operação.

A administração da Companhia vem compensando os créditos tributários, com os débitos das operações normais da Companhia.

Neste exercício, a Receita Federal reconheceu os créditos em discussão para liquidação do REFIS Lei 11.941/09, e efetivou a consolidação, com isto, a Companhia reverteu a provisão para este fim constituída. Com o reconhecimento da liquidação do REFIS Lei 11.941/09, por parte da Receita Federal,

restou um crédito no valor de R\$3.574, referente parcelas pagas a maior que serão usadas para compensação de outros tributos.

10. INVESTIMENTOS

a) Informações sobre controlada

	Número de ações	Participação capital social (%)	Patrimônio líquido	Capital social	Lucro líquido	Equivalência Patrimonial
Real Empreendimentos S. A	185.740	55,6013	418.684	49.500	15.140	8.418
Josapar Internacional	50	100	321	261	-	-

b) Composição dos investimentos

	Controladora				Consolidado		
	Real Empreendimentos	Josapar Internacional	Outros	TOTAL	Propriedades p/ investimentos	Outros	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2021	226.791	343	490	227.624	323.925	1.493	325.418
Reflexo ajustes em controladas	(15)	(22)	-	(37)	-	-	-
Dividendos a receber	(2.399)	-	-	(2.399)	-	-	-
Equivalência Patrimonial	8.418	-	-	8.418	-	-	-
Propriedades p. Investimentos	-	-	-	-	(2.449)	-	(2.449)
Em 31 de dezembro de 2022	232.795	321	490	233.606	321.476	1.493	322.969

11. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Controladora	Bens de						Móveis e utensílios, instalações e Outros.		Total
	Imóveis terrenos	Imóveis prédios	Direito de Uso	Veículos	Maquinas e Equipamentos	Ativos em construção			
Valor residual em 31 de dezembro de 2020	25.886	100.113	1.244	257	66.584	16.013	14.340	224.437	
Adições	-	-	-	-	510	3.270	631	4.411	
Baixas	-	-	-	-	(522)	-	(31)	(553)	
Transferências	-	75	-	(11)	7.852	(10.420)	2.504	-	
Depreciações	-	(2.883)	(1.066)	(46)	(9.981)	-	(2.510)	(16.486)	
Valor residual em 31 de dezembro de 2021	25.886	97.305	178	200	64.443	8.863	14.934	211.809	
Adições	-	-	4.450	280	2.236	298	450	7.714	
Baixas	-	-	-	(274)	(69)	-	(1)	(344)	
Transferências	-	-	-	-	3.450	(6.667)	3.217	-	
Depreciações	-	(2.884)	(1.517)	(30)	(8.193)	-	(2.731)	(15.355)	
Valor residual em 31 de dezembro de 2022	25.886	94.421	3.111	176	61.867	2.494	15.869	203.824	

Consolidado	Bens de							Total
	Imóveis terrenos	Imóveis prédios	Direito de Uso	Veículos	Maquinas e Equipamentos	Ativos em construção	Móveis e utensílios, Instalações e outros	
Valor residual em 31 de dezembro de 2020	25.886	100.113	1.244	449	67.028	16.635	14.558	225.913
Adições	-	-	-	978	529	3.270	939	5.716
Baixas	-	-	-	-	(522)	-	(31)	(553)
Transferências	-	75	-	(11)	7.852	(10.420)	2.504	-
Depreciações	-	(2.883)	(1.066)	(290)	(9.984)	-	(2.616)	(16.839)
Valor residual em 31 de dezembro de 2021	25.886	97.305	178	1.126	64.903	9.485	15.354	214.237
Adições	-	-	4.450	554	2.251	298	845	8.398
Baixas	-	-	-	(361)	(69)	-	(1)	(431)
Transferências	-	-	-	-	3.450	(6.667)	3.217	-
Depreciações	-	(2.884)	(1.517)	(260)	(8.199)	-	(2.840)	(15.700)
Valor residual em 31 de dezembro de 2022	25.886	94.421	3.111	1.059	62.336	3.116	16.575	206.504

O saldo de intangíveis está composto da seguinte forma:

	Controladora			Consolidado		
	Marcas, patentes e direitos de uso	Softwares	Total	Marcas, patentes e direitos de uso	Softwares	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2020	1.826	377	2.203	1.861	377	2.238
Adições	-	440	440	-	440	440
Amortizações	-	(314)	(314)	-	(314)	(314)
Valor residual em 31 de dezembro de 2021	1.826	503	2.329	1.861	503	2.364
Adições	-	10	10	-	10	10
Amortizações	-	(315)	(315)	-	(315)	(315)
Valor residual em 31 de dezembro de 2022	1.826	198	2.024	1.861	198	2.059

As taxas de depreciação e amortização praticadas são as seguintes:

Imóveis prédios	2,80%	a.a.
Veículos	20%	a.a.
Veículos industriais	10%	a.a.
Máquinas e equipamentos nacionais e importados	6% e 7%	a.a.
Móveis e utensílios	10%	a.a.
Instalações e benfeitorias	10%	a.a.
Sistemas, Softwares e equipamentos de informática	33%	a.a.

A realização do ajuste de avaliação patrimonial referente aos NBC TG-27 ocorre por depreciação ou baixa dos bens na empresa e consolidado. As provisões para Imposto de renda e contribuição social foram constituídas e ajustadas de acordo com as alíquotas vigentes.

Com a adoção do IFRS 16, a Companhia passou a registrar a partir de 1º de janeiro de 2019 o direito de uso sobre os contratos de arrendamentos. Desta forma, os valores do ativo imobilizado em 31.12.2022 incluem o valor de R\$3.111, referente ao direito de uso arrendado aluguéis.

12. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Matéria-prima Arroz	63.403	37.672	63.403	37.672
Matéria-prima Insumos Agrícola	40.092	32.165	40.092	32.165
Outros	31.922	32.050	32.669	32.538
Total	135.417	101.887	136.164	102.375

13. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
<u>Passivo circulante</u>				
Moeda Interna				
Financiamentos para investimentos	5.484	6.176	5.484	6.176
Crédito Rural – recursos livres	52.219	70.081	52.219	70.081
Capital de giro	509.294	219.848	509.294	220.296
Total	566.997	296.105	566.997	296.553

Moeda estrangeira				
Capital de giro-FINIMP	168.384	188.372	168.384	188.372
Total	168.384	188.372	168.384	188.372
Total do circulante	735.381	484.477	735.381	484.925

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
<u>Passivo não circulante</u>				
Moeda Interna				
Financiamentos para investimentos	18.320	21.660	18.320	21.660
Crédito Rural – recursos livres	68.576	26.685	68.576	26.685
Capital de giro	481.644	621.147	481.644	621.147
Total	568.540	669.492	568.540	669.492
Total do não circulante	568.540	669.492	568.540	669.492

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
<u>Vencimentos de longo prazo</u>				
2023	-	457.987	-	457.987
2024	390.531	142.238	390.531	142.238
2025	142.324	38.435	142.324	38.435
2026	26.836	30.832	26.836	30.832
2027 a 2037	8.849	-	8.849	-
Total do não circulante	568.540	669.492	568.540	669.492

	<u>Indexador</u>	<u>Taxa</u>	
Investimentos em moeda nacional	Pré-fixado	5,81%	a.a.
Investimentos em moeda nacional	Taxa referencial IPCA	3,18%	a.a.
Investimentos em moeda nacional	TLP-IPCA	2,95%	a.a.
Investimentos em moeda nacional	SELIC	3,90%	a.a.
Capital de Giro - FINIMP	VC US\$	8,03%	a.a.
Capital de Giro	CDI	2,78%	a.a.

a) Empréstimos nacionais:

Os financiamentos de investimentos são atualizados de acordo com a variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, UMIPCA - Unidade Monetária do IPCA – BNDES e UMBNDES, acrescidas do spread bancário e em taxa pré-fixada de 2,50% a.a. a 6% a.a.

Os financiamentos de capital de giro são atualizados pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário. Os financiamentos em linhas de crédito rural com recursos livres são contratados em taxas pré-fixadas e pós-fixadas – spread sobre CDI. As garantias oferecidas incluem alienação fiduciária e aval.

A Companhia possui parte de seu capital de giro contratado em linhas da Resolução 3.844 e Leis 4.131 e 11.371/2006. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (dólar) e desde sua contratação foram convertidas para a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

b) Empréstimos no exterior:

Os financiamentos de importação e adiantamentos de contratos de câmbio no passivo circulante equivalem a US\$ 32.272 mil aos quais incidem encargos equivalentes à variação cambial do dólar norte americano e spread bancário.

A administração da Companhia destaca que a exposição passiva líquida advinda dessas operações de curto prazo em moeda estrangeira está atrelada a títulos em montantes e prazos equivalentes no contas a receber da empresa no segmento de insumos agrícolas, fazendo parte da sua estratégia de comercialização e proteção cambial (hedge natural).

14. SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado
	Ativo não Circulante	Dividendos a receber	Ativo não Circulante
Real Empreendimentos S.A.	3.743	13.079	-
Peroli Participações S.A.	3.741	-	4.993
Viannainvest Negócios e Participações Ltda.	408	-	1.033
Ferragens Vianna S.A.	2.836	-	2.836
Josainvest Negócios e Participações Ltda.	3.010	-	3.010
Outros	1.650	-	2.819
Em 31 de dezembro de 2021	<u>15.388</u>	<u>13.079</u>	<u>14.691</u>
Real Empreendimentos S.A.	591	6.958	-
Peroli Participações S.A.	5.918	-	7.170
Viannainvest Negócios e Participações Ltda.	408	-	1.033
Ferragens Vianna S.A.	2.869	-	2.869
Josainvest Negócios e Participações Ltda.	3.010	-	3.010
Outros	1.628	-	2.375
Em 31 de dezembro de 2022	<u>14.424</u>	<u>6.958</u>	<u>16.457</u>

Os saldos com partes relacionadas, não resultam de transações que envolvam atividade operacional da Companhia, todos os valores são recuperáveis e não representam risco de perda para a Companhia.

Neste exercício não foi registrado nenhuma provisão para perda de crédito esperadas, e nenhuma despesa decorrente de perda de dívidas incobráveis relacionada aos saldos de operações com partes relacionadas em aberto.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Natureza dos tributos diferidos – Ativo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Contribuição social diferida	11.724	10.638	11.724	10.638
Imposto de renda diferido	26.371	23.471	26.371	23.471
Total	38.095	34.109	38.095	34.109

b) Natureza dos tributos diferidos – Passivo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Contribuição social diferida	(5.532)	(7.608)	(8.167)	(10.251)
Imposto de renda diferido	(15.368)	(21.135)	(20.246)	(26.031)
Total	(20.900)	(28.743)	(28.413)	(36.282)

c) Composição da despesa tributária

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Corrente				
Contribuição social	(2.699)	(5.435)	(5.128)	(7.313)
Imposto de renda	(7.544)	(15.314)	(14.168)	(20.421)
	(10.243)	(20.749)	(19.296)	(27.734)
Diferido				
Contribuição social	3.161	2.913	3.161	2.913
Imposto de renda	8.668	5.579	8.668	5.579
	11.829	8.492	11.829	8.492
	1.586	(12.257)	(7.467)	(19.242)

d) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social do exercício

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Resultado antes da CSLL e do IRPJ	28.955	43.001	44.729	56.427
Eliminações – ajustes efeito controlada	-	-	6.721	6.441
	28.955	43.001	51.450	62.868
Despesa tributária pela alíquota oficial (IRPJ – 25%; CSLL – 9%).	(9.845)	(14.620)	(17.493)	(21.375)
Exclusões (adições) permanentes	8.367	2.533	8.367	2.533
Exclusões (adições) temporárias	(5.136)	(4.629)	(5.136)	(4.629)
Efeito tributação em controlada	-	-	(1.405)	(230)
Outros	8.200	4.459	8.200	4.459
	1.586	(12.257)	(7.467)	(19.242)

A Companhia reconheceu créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias fundamentadas por projeções orçamentárias aprovadas pela Administração.

A administração baseada no histórico de resultado e lucros tributáveis da companhia estima que os créditos fiscais provenientes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sejam realizados conforme a média histórica de percentuais dos últimos 5 anos 2023:14%, 2024:14%, 2025:14%, 2026:14%, 2027:14% e o restante 30%, nos próximos 3 anos.

A projeção de realização do saldo considera, especialmente quanto aos prejuízos fiscais e bases negativas, a limitação de compensação de 30% do lucro real do exercício. Adicionalmente, estes percentuais podem não se concretizar caso as estimativas utilizadas na preparação das referidas demonstrações financeiras sejam divergentes das efetivamente realizadas.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital

O Capital Social é de R\$120.000, subscrito e integralizado é composto por 10.582.361 ações, sendo 10.450.993 ações ordinárias e 131.368 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

b) Reserva Legal

O saldo de Reserva legal conforme previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404.76, refere-se a 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social.

c) Subvenções para Investimentos

A Companhia possui incentivos governamentais para investimentos, que são excluídos da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição social.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia registra o montante de R\$90.238 (R\$ 70.937 em 2021).

Os valores registrados no período são transferidos para a conta "Subvenção para investimentos", em conformidade com o artigo 195-A da lei das sociedades por Ações.

d) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se ao registro do ajuste de avaliação patrimonial de bens próprios e de controladas, líquidos dos tributos e realizações. O imposto de renda e a contribuição social diferido foram calculados de acordo com a opção tributária de cada empresa (lucro real ou presumido) e ajustados pelas alíquotas vigentes.

e) Dividendos

O Estatuto prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 30% do lucro líquido ajustado do exercício.

Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido ajustado do exercício.

Demonstração do cálculo dos dividendos submetidos à aprovação da assembleia:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Lucro Líquido do exercício	30.541	30.744
Reserva legal	(1.527)	(1.537)
Lucro líquido para cálculo de dividendos	<u>29.014</u>	<u>29.207</u>
Dividendos propostos – 30%	<u>8.704</u>	<u>8.762</u>

Os dividendos propostos correspondem a R\$821,50-(R\$826,97 em 2021) por lote de mil ações ordinárias e R\$ 903,65-(R\$909,66 em 2021) por lote de mil ações preferenciais.

17. GASTOS OPERACIONAIS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
<u>Por função:</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Custos dos produtos	(1.780.848)	(1.603.890)	(1.781.780)	(1.605.302)
Despesas com vendas	(198.550)	(174.274)	(198.550)	(174.274)
Despesas gerais e administrativas	(118.686)	(106.843)	(159.256)	(139.112)
Outras receitas/despesas	4.228	(827)	3.819	(373)
	<u>(2.093.856)</u>	<u>(1.885.834)</u>	<u>(2.135.767)</u>	<u>(1.919.061)</u>
<u>Por natureza:</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Depreciações e amortizações	(15.670)	(16.800)	(16.015)	(17.153)
Despesas com pessoal	(114.023)	(103.356)	(128.487)	(114.841)
Matérias-primas e materiais	(1.486.801)	(1.361.178)	(1.487.745)	(1.362.605)
Fretes	(120.527)	(92.303)	(120.527)	(92.303)
Outras	(356.835)	(312.197)	(382.993)	(332.159)
	<u>(2.093.856)</u>	<u>(1.885.834)</u>	<u>(2.135.767)</u>	<u>(1.919.061)</u>

No exercício findo em 31.12.2022 o montante pago a título de remuneração dos administradores e conselheiros de administração totalizou R\$5.982-(R\$ 16.222 em 31.12.2021), e está registrado nas contas, remuneração da administração e participações, ambas no resultado.

A Companhia não efetua remunerações ao pessoal chave da administração para as seguintes categorias: a) benefícios de curto e longo prazo a empregados e administradores; b) benefícios pós-emprego; c) outros benefícios de longo prazo; d) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e) remuneração baseada em ações.

18. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros. A Administração determina os valores em risco e os limites máximos de indenização levando em consideração a natureza das atividades, concentração e relevância dos riscos e a eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, seguindo adicionalmente a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de risco adotadas e emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras.

Cobertura	Tipo de cobertura	Ramo	Limites - Total M\$	Vigência
Prédios, equipamentos, estoques e Lucros Cessantes decorrente da cobertura Básica.	Incêndio, explosão, queda de aeronave, perda/pagamento de aluguel, vendaval, alagamento danos elétricos, roubo, fermentação própria ou aquecimento espontâneo, equipamentos eletrônicos, impacto de veículos, equipamentos móveis, e Lucros Cessantes decorrente da cobertura Básica. Respeitando as condições gerais da apólice.	Patrimonial – Riscos Nomeados	115.000	Dezembro/2023
Responsabilidade Civil	Estabelecimento industrial, comercial, poluição súbita, empregador, riscos contingentes de veículos, produtos, transporte habitual de empregados, produtos em território nacional, guarda de veículos de terceiros (Incêndio e Roubo), Recall - produtos em território nacional e danos morais. Respeitando as condições gerais da apólice.	RC	10.000	Dezembro/2023
Responsabilidade Civil Administradores	Indenizações, Despesas Processuais e Custos de defesa: (I) Processos Judiciais, incluindo, mas não se limitando às reclamações cíveis, consumeristas, previdenciárias, Criminais; (II) Procedimentos Arbitrais; e (III) Procedimentos Administrativos. Respeitando as coberturas adicionais contratadas e condições gerais da apólice.	RC D&O	10.000	Dezembro/2023
Automóvel frota	Casco, danos materiais e pessoais a terceiros e danos morais.	Automóvel	110% FIPE 1.000 RC	Junho/2023
Mercadorias em transporte Nacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Nacional	1.000 cabotagem 400 rodoviário	Novembro/2023
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional IMP	US\$ 3.000.000	Novembro/2023
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional EXP	US\$ 1.000.000	Novembro/2023

19. TRIBUTOS PARCELADOS

Passivo circulante	Controladora e Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021
PRR (FUNRURAL)	6.289	4.979
PERT (IRPJ e CSLL)	325	462

Total do circulante	6.614	5.441
<u>Passivo não circulante</u>		
PRR (FUNRURAL)	19.737	26.115
PERT (IRPJ e CSLL)	2.568	2.655
Total do não circulante	22.305	28.770
	<u>28.919</u>	<u>34.211</u>

A Companhia incluiu débitos no programa de parcelamento Rural-PRR Lei 13.606/2018, que juntamente com PERT Lei 13.496/2017, totalizam o montante dos tributos parcelados. O valor está atualizado e líquido das parcelas pagas.

20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E QUESTIONAMENTOS LEGAIS

No desenvolvimento de suas operações, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a certos riscos, representadas por ações trabalhistas, cíveis e tributárias, as quais estão sendo discutidas nas esferas, administrativa e judicial. Em 31 de dezembro de 2022, a administração, com base nas opiniões dos seus consultores legais, de que as perdas são possíveis, mas não prováveis, ou remotas, não procedeu ao registro de provisão para contingências para as referidas ações. A estimativa dos consultores legais para ações com perdas possíveis, mas não prováveis, é de aproximadamente R\$180.000.

A administração da Companhia decidiu, com base na opinião dos seus consultores legais, registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para as ações e valores cujas perdas foram classificadas como prováveis.

O montante constituído das provisões está sendo apresentado líquido dos depósitos judiciais:

<u>Passivo Circulante</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Provisão para contingências	28.131	20.006	47.696	21.432
(-) Depósitos judiciais	(2.678)	(2.662)	(8.335)	(4.088)
Provisões líquidas dos depósitos judiciais	<u>25.453</u>	<u>17.344</u>	<u>39.361</u>	<u>17.344</u>

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Adures de Oliveira
(Presidente)

Augusto Lauro de Oliveira Júnior
(Vice-Presidente)

Ary Teixeira de Oliveira
Carlos Eduardo F. Lobato
Jorge Alberto Zugno
Sérgio Martins de Oliveira
(Conselheiros)

DIRETORIA

Luciano Adures de Oliveira
(Diretor-Presidente)

Augusto Lauro de Oliveira Júnior
(Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores)

Luis Augusto Barcelos Krause
(Diretor Comercial e Operacional)

Marcelo Augusto Furlan dos Santos
(Diretor Administrativo Financeiro)

CONTADORA

Mara Lúcia Soares da Fonseca
CRC-RS 50.772

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas
JOSAPAR – Joaquim Oliveira S.A. Participações
Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **JOSAPAR – Joaquim Oliveira S.A. Participações** (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **JOSAPAR – Joaquim Oliveira S.A. Participações** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Obrigações financeiras

Porque é um PAA:

Em 31 de dezembro de 2022, conforme descrito na nota explicativa 13, as demonstrações financeiras consolidadas da **JOSAPAR - Joaquim Oliveira S.A. Participações** incluem R\$1.303.921 mil, em obrigações com

instituições financeiras, as quais segregam-se em R\$735.381 mil e R\$568.540 mil, entre o passivo circulante e o não circulante, respectivamente. Este montante representa aproximadamente 80% das obrigações consolidadas da Companhia com terceiros e é utilizado para a manutenção das suas atividades operacionais (capital de giro) e investimentos nas plantas produtivas. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022 a situação líquida de caixa da Companhia, quando deduzidos os saldos consolidados de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores, estoques e adiantamentos a produtores do saldo de empréstimos e financiamentos é positiva no valor de R\$ 243.408 mil. Tais obrigações consideram individualmente, atualizações por variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, UMIPCA - Unidade Monetária do IPCA – BNDES e UMBNDES, variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário e são registradas conforme as práticas contábeis vigentes. Possuindo ainda, capital de giro em linhas de crédito rural, contratados a taxa pré-fixada e com garantias vinculadas a aval, e penhor mercantil de estoque.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Obtivemos junto a administração da Companhia o entendimento dos processos e controles quanto as garantias prestadas, obrigações financeiras, verificamos a aplicabilidade das cláusulas e obrigações contratuais (covenants), avaliamos a razoabilidade e consistência das despesas financeiras incorridas e registradas, bem como ratificamos os saldos divulgados e controlados por meio de confirmações externas.

Baseados nos procedimentos executados e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que as obrigações financeiras registradas e divulgadas pela Companhia, estão adequadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto e individualmente.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, sendo submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor.

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante,

inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, RS, 17 de março de 2023.

Aderbal Alfonso Hoppe

Contador - CRCSC nº 020036-0-8 T-RS

Taticca Auditores Independentes S.S.

CRC 2 SP-032267/O-1

CVM 12.220

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, abaixo assinados, declaram que, revisaram, discutiram e concordaram com as informações contidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Porto Alegre, 17 de março de 2023.

Luciano Adures de Oliveira

(Diretor Presidente)

Augusto Lauro de Oliveira Júnior

(Diretor Vice-Presidente e Relações com Investidores)

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, abaixo assinados, declaram que, revisaram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes relativo às Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício social findo 31 de dezembro de 2022.

Porto Alegre, 17 de março de 2023.

Luciano Adures de Oliveira

(Diretor Presidente)

Augusto Lauro de Oliveira Júnior

(Diretor Vice-Presidente e Relações com Investidores)